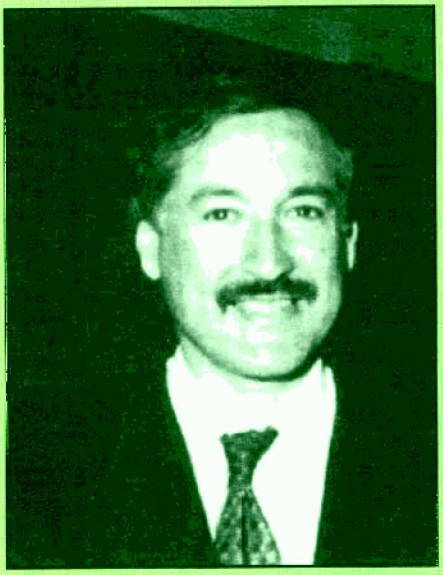
Novas perspectivas para o comércio



Heraldo Muñoz

A criação da zona de livre comércio entre o Chile e o Mercosul repercutiu positivamente em todo o mundo e, para comentá-la, Agroanalysis *recorreu ao embaixador chileno em Brasília, senhor Heraldo Muñoz. O embaixador tem sólida formação acadêmica na área de Relações Internacionais. É PhD pela Universidade de Denver, Colorado, e doutor* honoris causa *da State University of New York.*

Além da área universitária, em que atuou nos EUA, Europa e América Latina, com mais de 20 livros publicados, o embaixador participa ativamente da política de seu país, militando atualmente no Partido pela Democracia, um dos partidos da coligação do governo, após ter-se dedicado vários anos ao Partido Socialista. Foi o vice-presidente da comissão que preparou o programa da política exterior do presidente do Chile, Patricio Aylwin, e criou o Compromisso de Santiago para a Democracia, instrumento que, a partir de 1991, permitiu aos países da OEA atuar multilateralmente para defender os governos democráticos nas Américas.

O embaixador confirma as grandes dificuldades que o setor agrícola apresentou para o aprofundamento dos trabalhos visando à inserção chilena no Mercosul, mas destaca que o processo, uma vez iniciado, trará grandes benefícios para as populações envolvidas, embora haja necessidade de algum protecionismo para os ramos tradicionais da agropecuária do Chile.

■ *A partir de 1º de outubro, o Chile passou a integrar a zona de livre comércio com o Mercosul. Que pontos de discussão tornaram lentas as negociações com o Brasil e a Argentina?*

— Primeiro, a dificuldade que o Chile tinha para se integrar plenamente ao Acordo fez com que apresentássemos a proposta mais complexa, até criativa, de uma zona de livre comércio num prazo máximo de 10 anos. Além disso, há um compromisso de avançar em direção a uma etapa próxima à livre circulação dos serviços e também adicionar ao Acordo algumas cláusulas sobre investimentos conjuntos, infra-estrutura e maior participação do Chile na institucionalização do Mercosul. A proposta era complexa, porque não tínhamos condições de aceitar a tarifa externa comum, componente muito importante da atual etapa de união aduaneira em que está o Mercosul. A TEC está entre 0 e 20%, 14% em média, mas tem exceções, acima de 20%, para bens de capital e outros. O Chile tem uma tarifa alfandegária uniforme de 11% para todos os produtos. Essa complicação tornou as negociações muito lentas. Tinha que ser encontrado um estatuto especial que atendesse a essa situação em particular.

A segunda complicação foi que o Chile tem um leque bastante amplo de produtos trocados com os países do Mercosul — ao contrário, por exemplo, da Bolívia, que tem um conjunto pequeno de produtos — e por esse leque de produtos houve ampla negociação de listas de desgravação geral, em primeiro lugar. Levando em conta as sensibilidades dos cinco países envolvidos, logo se definiram os produtos sensíveis e os produtos na lista de exceção, que serão liberalizados num prazo maior. Em todas as negociações, houve consultas ao setor privado, tentando recolher suas preocupações e expectativas.

A terceira complicação consistiu em que tanto o Chile como os países do Mercosul têm capital humano limitado em termos de negociadores. Os mesmos negociadores brasileiros e chilenos negociam o Acordo com a União Européia e entre os próprios países do Mercosul. Houve também uma limitação em termos das equipes negociadoras. Era preciso adiar datas, porque a equipe estava um pouco ultrapassada em termos de trabalho, de análise dos diversos temas da política econômica exterior dos nossos países.

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

■ *Como as empresas chilenas estão vendo a possibilidade de acesso ao mercado brasileiro?*

— De modo positivo. Desde que começaram o Plano Real e o processo de abertura da economia brasileira, a expectativa das empresas chilenas tem melhorado muito a respeito do mercado brasileiro e, entre 1994 e 1995, houve um incremento substantivo das exportações chilenas para o Brasil. Houve também um incremento das importações brasileiras no mercado chileno. O comércio bilateral conjunto em 1994 foi de US$1,6 bilhão e no ano passado cresceu para US$2,3 bilhões. O que mais cresceu foram as exportações chilenas para o mercado brasileiro, ainda que em termos de equilíbrio do balanço o Brasil tenha sido favorecido. A expectativa é de que há um processo sério de estabilização da economia, com um processo bastante claro de privatização. Ainda existem alguns problemas em áreas específicas, em termos de algumas salvaguardas, mas há uma atitude de abertura que vai favorecer tanto os exportadores chilenos como os importadores brasileiros, o consumidor brasileiro e o controle da inflação.

■ *Recentemente, noticiou-se que os empresários chilenos do setor de fruticultura estavam interessados em adquirir terras no estado da Bahia para o plantio de frutas. Este interesse persiste? De que maneira pretendem atuar no Brasil?*

— O interesse persiste, sem dúvida. Essa foi a primeira reunião importante entre empresários da agroindústria do Nordeste e do Chile. Nós trabalhamos em duas etapas: primeiro, planejando um segundo encontro no Chile, o mais concreto possível, para estimular projetos conjuntos; a segunda etapa seria a aproximação que está sendo feita pelos próprios empresários privados. Creio que há empresários chilenos constituindo uma corporação para os investimentos conjuntos Chile/Nordeste do Brasil.

O vice-presidente Marco Maciel tomou a iniciativa original; num diálogo que tivemos há muito tempo, mostrou-se interessado em atrair investimentos chilenos, dada a compatibilidade que existe entre a agroindústria do Nordeste, suas condições climáticas, geográficas etc. e as condições de desenvolvimento da fruticultura chilena. Então, existe a possibilidade de que o vice-presidente esteja no segundo encontro, talvez em março de 1997. Espero que, depois de conhecer o vale do São Francisco, de explorar Petrolina, Juazeiro, primeira etapa da viagem dos empresários chilenos, com um encontro na Bahia, em Salvador, cheguemos à concretização desses interesses.

Desde que começaram o Plano Real e o processo de abertura da economia brasileira, a expectativa das empresas chilenas tem melhorado muito a respeito do mercado brasileiro.

■ *As terras agricultáveis do Chile estão totalmente ocupadas ou é possível ganhar mais espaço com a irrigação?*

— Acho que ainda haveria possibilidade de ampliar o espaço da agricultura, embora as terras mais produtivas do vale Central estejam sendo utilizadas de modo eficiente. No passado, o denominado Norte *chico* do Chile, o Norte mais perto de Santiago, não tinha o desenvolvimento agrícola que tem hoje. Portanto, há possibilidade de ampliar as fronteiras de exploração, dependendo da qualidade da terra. Não conheço bem os limites e as possibilidades em termos de irrigação e cultivo mais intenso. O Chile preocupa-se muito com a produtividade, tanto quanto com a disponibilidade de terras.

■ *Um dos principais problemas da agricultura brasileira é o endividamento que piorou devido aos juros altos vigentes no país. Como a agricultura chilena se financia?*

— A agricultura chilena se financia através de uma economia de mercado bastante desregulamentada, com condições normais em termos de juros, crédito etc. Prevêem-se algumas condições especiais de crédito, de ajuda, como conseqüência da negociação Chile/Mercosul, que afetou alguns setores agrícolas, especialmente na agricultura tradicional chilena. Há um pacote de medidas de estímulo do governo para ajudar principalmente os médios e pequenos agricultores com condições especiais de crédito e outros itens, visando a minimizar a deterioração que o setor poderia vir a sofrer. Em termos gerais, no entanto, o agricultor chileno, como qualquer outro empresário, não conta com condições especiais.

■ *De que maneira o governo chileno trata a produção de alimentos em termos de tributação, tanto no mercado interno quanto para exportação?*

— Não conheço bem o tema, mas os impostos são mais ou menos similares para todos os setores chilenos. O sistema é bastante simples; há o imposto sobre valor agregado e também sobre o ganho das empresas, além do imposto sobre propriedade da terra. Não conheço o tema profundamente.

■ *O sistema é mais simples do que a complicação que existe no Brasil?*

— Certamente, em comparação ao Brasil é muito mais simples, pois há menos impostos. São impostos mais objetivos e simplificados.

■ *As zonas francas chilenas de Antofagasta e Iquique poderão servir para facilitar o acesso aos produtos brasileiros ao Pacífico?*

— Sem dúvida, acho que esse é um dos grandes desafios que temos pela frente. Evidentemente, hoje não estamos em condições de exportar

através dos portos chilenos grandes quantidades de soja, por exemplo, ou outros produtos, mas há um compromisso do governo chileno de modernizar e ampliar a capacidade dos portos, de envolver o setor privado a médio e longo prazos para que tenhamos uma porta efetiva de acesso do Mercosul, do Brasil em particular, para as economias da área do Pacífico. O Chile tem uma orientação muito clara nesse sentido.

O primeiro mercado para o Chile é o asiático, com mais de 32% do nosso comércio exterior; o segundo é a União Européia; depois vêm a América Latina e os Estados Unidos, mais ou menos com 20% em termos percentuais de comércio. Achamos que há um interesse comum entre o Norte do Chile e o Centro-Oeste brasileiro, onde há uma produção agrícola importante. Poderíamos mesmo pensar em exportações desses mercados do Norte do Chile. Há condições rodoviárias de conexão. Temos o compromisso de melhorar essas conexões, e encaramos a conexão de corredores terrestres do Brasil com o Pacífico como um desafio imediato e uma de nossas maiores prioridades. O Brasil pode ter outras alternativas além da saída para o Atlântico, especialmente para os estados do Centro-Oeste e do Sul, com condições especiais de acesso ao Pacífico.

■ *Em um congresso realizado há alguns meses em Fortaleza, um empresário paraguaio mostrou-se preocupado com a entrada de produtos asiáticos no Mercosul pelas zonas francas chilenas. Há motivo para tal preocupação?*

— Acho que não. Há outras zonas francas em outros países do Mercosul, e não vejo por que as do Chile poderiam ser consideradas uma ameaça especial, principalmente porque o Acordo Mercosul/Chile fala do limite de produtos extra-região, e aqueles que ultrapassarem o limite não terão acesso.

■ *O diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Frutas, Jean-Paul Gayet, em entrevista à* Agroanalysis, *disse que o Chile soube aproveitar bem a formação de* joint ventures *com as empresas européias para o desenvolvimento da fruticultura no país, mas que hoje essas empresas estão se retirando da parceria. Como se desenvolveu aquela experiência e como está se dando a saída dos europeus?*

— Não conheço bem a situação, mas houve, sem dúvida, investimentos importantes europeus e americanos para desenvolver a agroindústria chilena de fruticultura. Ao contrário de saída, o que observo é entrada. Por exemplo, no caso dos vinhos, há novos capitais europeus e americanos. Recentemente li num jornal chileno a respeito de um investimento importante no Chile, em *joint venture*, para desenvolver um produto de alta qualidade e alto preço. Como esse, há outros investimentos externos chegando ao Chile. Portanto, ainda que não conheça com profundidade o tema, não tenho notícias de qualquer saída, e creio que se houvesse uma sorte de fuga, nós todos saberíamos disso. Pelo contrário, existe um crescente investimento no Chile e um investimento produtivo em vários setores, não só agrícola, mas também de mineração e outros. Se é uma questão de que simplesmente são produtores locais os que estão crescendo e tomando conta das empresas, então acho que é até bom.

■ *Sabemos que o Chile é muito eficiente na promoção de suas exportações de produtos alimentares. Como funciona o esquema promocional chileno?*

— Há uma agência de promoção de exportações do Ministério das Relações Exteriores, a Pró-Chile, que atua sempre conjuntamente com o setor privado — explorando novos mercados, ajudando a promoção dos produtos, a difusão da marca Chile, a entrada em mercados não-tradicionais —, e com a Fundação Chile, de estrutura muito particular, que não é pública, não pertence à estrutura do governo, mas tem o apoio público. Essa fundação promove o melhoramento da qualidade dos produtos chilenos e o desenvolvimento de produtos novos e novas tecnologias. Mais precisamente, a promoção das exportações é feita pelas empresas privadas com o apoio do Pró-Chile, uma agência tão bem-sucedida que tem ajudado outros países como o Paraguai, o Panamá e outros com sua orientação e conselhos.

O governo chileno assumiu o compromisso de modernizar e ampliar a capacidade dos portos, para que tenhamos uma porta efetiva de acesso do Mercosul, do Brasil em particular, para as economias da área do Pacífico.

■ *O Chile foi o primeiro país latino-americano a se aproximar de alguns dos chamados Tigres Asiáticos. O que isso tem propiciado, na prática, para os produtores do país?*

— Isso tem significado um importante incremento da colocação dos produtos chilenos nesses mercados. O Japão é o nosso principal mercado de nível mundial, em termos de exportações. Além do Japão, outros países da Ásia estão adquirindo crescente importância: Coréia, China, Malásia, Cingapura, Indonésia, além da Austrália e Nova Zelândia. Na área agrícola, diria que foi um grande sucesso a possibilidade de exportar frutas frescas para o exigente mercado japonês. Por muitos anos, a fruta chilena foi impedida de entrar lá. Hoje, numa demonstração de qualidade, superamos os impedimentos fitossanitários do passado.

Nossa intenção é exportar não somente matérias-primas mas tam-

bém produtos manufaturados para o mercado asiático, onde temos conseguido ganhos concretos. Mudamos mesmo de atitude em relação ao mercado asiático, desde o fortalecimento de nossas embaixadas com pessoal mais numeroso e bem-qualificado, até a capacitação de nossos diplomatas em idiomas, na cultura dos diversos países da Ásia. De fato, hoje um dos organismos importantes da Ásia é o PECC (Pacific Economic Corporation Council), presidido por um chileno, que reúne empresários, autoridades do governo atuantes em âmbito individual, universidades e órgãos não-governamentais da bacia do Pacífico. A reunião do Conselho da PECC será no próximo ano no Chile, além do fato de o Chile ser membro da Apec (Associação Econômica do Pacífico), sendo o único país da América do Sul membro dessa associação de países. Temos obtido êxitos muito importantes e esperamos continuar assim no futuro. A abertura para a Ásia é uma das áreas principais da nossa política externa.

■ *Cogita-se da criação de uma marca comercial do Mercosul, que substituiria as denominações do* made in Brazil *ou* made in Argentina *por* made in Mercosul. *Que lhe parece a iniciativa?*

— Parece-me uma iniciativa interessante, mas talvez tenhamos que refletir um pouco sobre quando isso será possível. O entrosamento cada vez maior das economias do Mercosul ainda não inclui o Chile. É preciso ver como evolui o processo. Estamos desenvolvendo uma estratégia para identificar nossos produtos com a marca *made in Chile*. Talvez seja difícil a curto prazo, mas é uma questão a explorar. As vantagens concretas disso irão definir tanto as atitudes dos próprios países do Mercosul como a eventual adesão do Chile.

■ *A vitivinicultura chilena é conhecida por sua qualidade e, por seu isolamento geográfico, conseguiu escapar de pragas de alta destrutividade. Como se organiza esta atividade em seu país? Como vêem a concorrência da Argentina?*

— De fato, há uma defesa fitossanitária muito rigorosa no Chile, e que tem significado êxitos muito importantes na área da agricultura, na eliminação da mosca-das-frutas e outros problemas. Nesse sentido, temos uma política e normas muito claras que se compatibilizam com as de outros países através de negociações, sempre mantendo o rigor e a seriedade. Em segundo lugar, na área do vinho temos maiores preocupações em termos de concorrência, porque o vinho chileno é reconhecido mundialmente. O único problema é que às vezes é tão barato que algumas pessoas que não conhecem vinho o suficiente acreditam que, pelo fato de ser mais barato do que o vinho francês, por exemplo, não é bom. Conheço muitos brasileiros que consideram o vinho chileno o melhor que já provaram. A concorrência é bem-vinda e sempre ajuda. Ao final, o consumidor vai ser beneficiado, porque se o vinho argentino ganha em quantidade, haverá um maior esforço das vinhas chilenas para melhorar ainda mais a qualidade.

Pretendemos exportar não só matérias-primas mas também produtos manufaturados para o mercado asiático, onde temos conseguido ganhos concretos.

■ *O vinho do Brasil não tem fama de bom vinho. Então, o produto argentino e de outras origens, mais barato, chega aqui e o consumidor brasileiro dá preferência a ele por ser importado e barato.*

— Durante as negociações Chile/Mercosul, as tarifas ficaram muito altas para o vinho chileno por conta da sensibilidade dos produtores de vinho gaúchos. Ouvi dizer que a ameaça maior, de fato, foi um famoso vinho de garrafinha azul, supostamente alemão, que o embaixador da Alemanha me assegura que não é alemão, que talvez seja de um país do Norte da África ou de algum outro país. Muitas pessoas que não conhecem bem o vinho compram pelo atrativo da garrafa e pelo preço, afetando os legítimos interesses de vinhas que estão fazendo um esforço para desenvolver um bom produto. É uma lástima que tenha tocado um imposto alto ao vinho chileno nessas negociações, porque o acesso ao produto chileno se limita um pouco ao consumidor brasileiro, ainda que tenhamos confiança de que podemos continuar com nossas posições e até ampliá-las no mercado brasileiro.

■ *A agricultura chilena considera-se bem representada em nível parlamentar no Chile?*

— Algumas regiões têm parlamentares muito sensíveis aos temas agrícolas e, de fato, isso tem tido reflexos positivos durante a negociação e durante o processo de aprovação. Os senadores pouco favoráveis ao Acordo representam as regiões mais eminentemente tradicionais da agricultura, como as de cultivo de milho, trigo, arroz, açúcar etc.

■ *Que tipo de reivindicação os agricultores do seu país apresentam hoje ao governo? Ainda existe movimento reivindicatório?*

— Acho que não. As críticas de alguns setores agrícolas visam à negociação Chile/Mercosul, devido à impressão de que a agricultura de alguns países do Mercosul é subsidiada, que recebe apoios indevidos dos governos e isso leva a crer que a entrada desses produtos terá um efeito muito negativo. O governo incluiu tais produtos nas listas de desgravação de mais longo prazo, de 15, 17 anos. Reivindicava-se uma exceção permanente, que não houvesse liberação nenhuma des-

ses produtos. O governo não concordou e então houve uma manifestação de crítica desses setores. Da perspectiva do governo, julgou-se que de fato havia motivos de preocupação quanto a esses produtos e era cabível incluí-los entre as exceções.

■ *Em que pé se encontra a iniciativa chilena de se associar ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte?*

— Não interessa ao Chile renovar as negociações com esses país para o acesso ao Nafta, até que o Executivo norte-americano conte com o instrumento do *fast track*, negociação rápida que permite ao Congresso, tão logo seja concluída a negociação entre os governos, aprová-la ou rejeitá-la sem mudar seu conteúdo. No entanto, o governo americano não conta com esse artifício. No quadro da concorrência política americana, seria claramente impossível avançar. Esperamos tranqüilamente o novo governo, com disposição positiva por parte do Chile para renovar as negociações. Entretanto, mantemos bons termos de negociação com o Canadá, que quer avançar mais rápido, independentemente dos EUA. Já existe também um acordo de livre comércio entre o Chile e o México.

■ *O que lhe parece a ampliação do Mercosul a outros países sul-americanos como a Bolívia, Peru e a Venezuela? O Pacto Andino poderá continuar, com a adesão de seus membros ao Mercosul?*

— Sobre a última questão não me pronuncio, mas sobre a primeira, sim. Acho positiva uma ampliação do Mercosul a países como a Bolívia e outros e até com o Pacto Andino em geral. Acho que estamos chegando ao ponto em que há um grande desafio de integração, com um guarda-chuva maior do que o Acordo de Miami, que pretende chegar ao ano 2005 com avanços concretos na livre negociação do comércio no hemisfério. Acho que a associação do Chile e outros ao Mercosul vai adicionar dinamismo ao processo de livre negociação continental. É positivo tudo que elimine barreiras e abra o comércio a maior concorrência. Significa vantagens definitivas para os nossos povos em termos de preços, criação de empregos e dinamização de economias que têm que se unir para concorrer em nível global.

■ *Que imagem tem hoje o Brasil entre os chilenos?*

— Muito boa. O Chile sempre teve um grande carinho pelo Brasil e os brasileiros sempre tiveram uma imagem positiva. É uma das amizades mais antigas que há na América. Essa imagem agora é ainda melhor, porque há democracia no Brasil e no Chile. Há estabilidade econômica, o que antes não acontecia. Antes do processo do Real, muitos empresários chilenos não tinham interesse no Brasil por causa da inflação e da economia mais fechada. A imagem do Brasil mudou em termos de estabilidade econômica, potencial de crescimento, de modernização, e o Brasil pode desempenhar o seu papel como um grande país da América e do mundo. Além disso, o líder brasileiro é muito chegado ao Chile. O presidente Fernando Henrique fala do Chile como de sua segunda pátria e há um grande interesse do Chile por esse presidente que fala espanhol e que se considera meio chileno. Além do fato de que muitos ministros moraram muitos anos no Chile e são casados com chilenas. Tudo isso constitui um laço adicional de amizade e de boa presença do Chile no Brasil.

■ *Temos lido que a pesca chilena enfrenta problemas com o esgotamento de bancos de peixes no Pacífico. Tem-se pensado em algum tipo de moratória na pesca?*

— Tem havido queixas apresentadas pelos pescadores artesanais do Chile quanto àqueles que pescam em águas chilenas e àqueles que pescam muito perto do limite, às vezes incursionando em zonas econômicas. Há um período de esgotamento e tem havido restrições para a extração de moluscos, incluindo o denominado *loco*, similar ao *albalone*. A exploração deste fruto do mar foi autorizada de novo, depois de vetada por muitos anos. A lei de pesca representa uma permanente preocupação para os setores ambientais e o governo, e bem poderia ser revisada.

■ *O Mercosul é enfim um bom negócio para os empresários chilenos?*

— Sem dúvida, embora muitos acreditem que para o setor agrícola não é tão bom. Acho muito positivo para os setores mais avançados da agricultura chilena, principalmente para o frutícola, e importante para o setor manufatureiro. De fato, há um estudo feito pela Associação de Industriais do Chile que demonstra que, cinco anos depois da vigência do acordo com o Mercosul, serão criados 150 mil novos postos de trabalho só na área das manufaturas. Primeiro, 60% da corrente de intercâmbio comercial entre o Chile e os países do Mercosul vão se beneficiar com 40% de redução a partir de 1º de outubro. Logo, em 1º de janeiro do próximo ano, aumenta 7% a redução e assim por diante, benefício para as empresas chilenas mas também para as brasileiras. No final da negociação, em especial consideração ao Brasil, houve um aumento da desgravação da cota de ônibus e caminhões que estava sofrendo forte concorrência do México, no contexto do Acordo de Livre Comércio entre o México e o Chile. Certamente o acordo vai ajudar esses exportadores de ônibus e caminhões brasileiros. Em muitas outras áreas haverá uma explosão de exportações similar à que aconteceu entre os países do Mercosul num prazo de poucos anos.

Entrevista de Fernando Roberto de Freitas Almeida